

O TEMPO DESORIENTADO TEMPO E HISTÓRIA “COMO ESCREVER A HISTÓRIA DA FRANÇA?”

François Hartog

“A França deve recompor seus anais a fim de adaptá-los aos progressos da inteligência.” Esta fórmula de Chateaubriand, no prefácio de seus *Études Historiques*, poderia figurar como epígrafe dos *Lieux de mémoire* de Pierre Nora. A situação, evidentemente, não era a mesma, mas para Chateaubriand, depois de 1830, assim como para Nora, no início dos anos 80, tratava-se de partir de um diagnóstico sobre o presente e de registrá-lo. Para reconstruir “sobre um novo plano”, dizia Chateaubriand, para se questionar, previamente, o que significa “recompor”, no caso de Nora: “Como escrever a história da França”¹ ?

O momento dos *Lieux de mémoire* (1984-1993) são, com efeito, os anos 80. O projeto concebido antes de 1989 foi concluído depois. Caso se pense no Bicentenário da Revolução, a queda do muro de Berlim, com a qual ninguém sonhava, pegou todo mundo de surpresa. Ele se situa, portanto, dos dois lados de 1989. Ele acompanha, registra e reflete a onda de memória que, a partir da metade dos anos 70, espalhou-se sobre a França.² Basta mencionar, dentre múltiplos testemunhos possíveis, o filme “*Le chagrin et la pitié*” (1971), o livro de R. Paxton sobre Vichy (1972), *Le Cheval d'orgueil* (1977), de P. Jakez Hélias, *Le Syndrome de Vichy* de H. Rousso (1987), *Les assassins de la mémoire* (1987) de P. Vidal-Naquet ou, sob um outro registro, a ativa renovação dos centros históricos das cidades, a proliferação dos ecomuseus ou a riqueza do tema do Patrimônio. Mas, de Chateaubriand a Nora, pode-se, imediatamente, observar uma diferença na relação de tempo: o “novo plano”, convocado pelos “progressos” da inteligência, remetia a uma visão do tempo como progresso. Tratava-se do tema da perfectibilidade. Ao passo que, no mo-

François Hartog é Doutor de Estado pela Universidade de Paris e professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris/France). A tradução do presente artigo foi gentilmente autorizada pelo autor. Sua publicação original encontra-se em: *Annales HSS*, nov-déc., 1995, n.6, p.1219-1236. Tradução de Eliane Cezar.

mento de começar aquilo que virá a ser os *Lieux*, Nora considera somente o presente: “o desaparecimento rápido de nossa memória parecia convocar um inventário de lugares onde ela se encarnou seletivamente”.

Os *Lieux de mémoire* foram um trabalho coletivo, em uma escala, aliás, bastante excepcional na edição francesa. Fernand Braudel teve, ainda, a audácia de lançar-se em uma longa *Histoire de la France* solitária, como Michelet, mas, tendo partido muito mais tarde do que o último, ele não pôde explorar até o fim esta *Identité* da França, onde singularidade e permanência se encontram. Os *Lieux* são, também, a obra de um historiador que nos dá sua “interpretação”, no sentido musical da expressão, suas *Recherches*, senão (resguardadas as devidas proporções) sua *Recherche* da história da França. É, portanto, esta interpretação e o projeto cultural que a sustenta que eu gostaria de interrogar, privilegiando, dentre outras dimensões possíveis, aquela da relação de tempo.

REGIMES DE HISTORICIDADE E ESCRITURAS DA HISTÓRIA

“*Nos tempora sumus*”, nós somos, nós mesmos, tempo. Esta expressão, de Santo Agostinho, é cômoda para recusar a idéia de um tempo que, tal como o tempo astronômico, ser-nos-ia puramente exterior, sobre o qual não poderíamos agir, tal como acontece, freqüentemente, com Braudel. Ainda na conclusão de “*L'Identité de la France*”, a longa duração é definida como uma “enorme superfície de água quase estagnante” que, insensivelmente, mas irresistivelmente, “arrasta tudo com ela”.

Permitam-me, aqui, uma digressão e a introdução da noção de regime de historicidade. Eu o compreendo como uma formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a escritura do tempo, representa uma “ordem” do tempo, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais freqüentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra. “Quando o passado não mais ilumina o futuro, o espírito caminha nas trevas.” Esta frase, tomada de empréstimo de Tocqueville, ilumina, se assim posso dizer, meu propósito. Antes (quando o passado iluminava o futuro, quando a relação entre passado e futuro era regrada pela referência ao passado) era o tempo da *historia magistra vitae*. Quando, ainda em 1796, Chateaubriand pensava poder, “o brandão das revoluções passadas nas mãos, iluminar a noite das revoluções futuras”, seu paralelo das revoluções antigas e modernas depende deste paradigma.³ Mas este

antigo regime de historicidade se desfez. A Revolução marcou, na França, o retorno desta economia do tempo. A partir de então, não cabe mais ao passado esclarecer o futuro mas, ao contrário, cabe ao futuro esclarecer o passado. O próprio Tocqueville é testemunha, ele que, para compreender o passado recente da França, achava necessário fazer uma viagem no futuro, na América, para ali descobrir a nova sociedade. Ainda que, paradoxalmente na aparência, sua tese essencial consista em marcar a continuidade entre monarquia e Revolução.

Quais são as outras características do regime moderno de historicidade, tal qual ele se instalou entre o final do século XVIII e o início do século XIX? Reinhart Koselleck mostrou de que forma, a partir de 1860, formulou-se na Alemanha *die Neuzeit*, em ruptura com relação ao antigo regime de escritura da história organizado em torno da história mestra da vida.⁴ Nesta perspectiva, a Revolução Francesa, entre seus próprios atores e entre aqueles que tentaram explicá-la quase imediatamente, também pode ser lida como um conflito entre dois regimes de historicidade. Do ponto de vista da história, as características deste regime moderno, evidenciadas por Koselleck, são a passagem do plural *die Geschichten* para o singular *die geschichte*: a história, a História em si, que, no final, segundo a fórmula de Droysen, tornar-se-á “conhecimento de si mesma”. Ela é concebida como processo, segundo a idéia de que os acontecimentos não mais ocorrem apenas no tempo, mas através (*durch*) dele.

As lições de história são substituídas pela exigência de previsões. O historiador não mais elabora o exemplar, mas ele busca o único. Na *historia magistra*, o exemplar ligava o passado ao futuro através da figura do modelo a imitar. Com o regime moderno, o exemplar, como tal, desaparece para dar lugar àquilo que não se repete. O passado está, por princípio, ultrapassado. O futuro, isto é, o ponto de vista do futuro domina: “A história se tornou, essencialmente, uma intimação endereçada pelo futuro ao contemporâneo”. A intimação, acrescentaria, a fim de completar esta fórmula de Julien Gracq, estendeu-se também ao passado e se impôs aos historiadores que, ao longo do século XIX, organizaram e conceberam sua disciplina como ciência do passado. Este futuro que esclarece a história passada, este ponto de vista e este *telos* que lhe dão sentido, adquiriu, sucessivamente, com as vestes da ciência, a imagem da Nação, do Povo, da República ou do Proletariado. Se ainda resta uma lição da história, ela vem, por assim dizer, do futuro e não mais do passado. Ela está em um futuro que acontecerá como diferente do passado, ao passo que a *historia magistra* repousava sobre a idéia de que o futuro não repetia o passado, porém não o excedia jamais (movia-se no interior

do mesmo círculo, com as mesmas regras do jogo, a mesma providência e os mesmos homens, partilhando a mesma natureza humana).

Quanto tempo durou a *historia magistra*? Segundo Koselleck, a sua dissolução, ao menos como princípio explicativo e instrumento heurístico ativos, é dada entre o fim do século XVIII e o início do século XIX enquanto se elabora - na Alemanha, primeiramente - um conceito moderno de história. Quando ela começou? A fórmula remonta a Cícero, mas os gregos praticaram esta forma de história desde o século IV a.C. senão já no século V a.C., com Tucídides.⁵ Em seu princípio, esta história retórica, concebida como coletânea de exemplos, era feita por quem se supunha fazer a história (os cidadãos, o homem político, o príncipe

Quanto ao regime moderno de historicidade, não se poderia inserir vê-lo entre estas duas datas simbólicas que são 1789 e 1989? 1989 não poderia marcar o fim deste regime moderno ou, ao menos, uma forte cisura em sua história? Esta hipótese, faz-se necessário esclarecer, não tem a ver, evidentemente, com qualquer fim da história. Olhar *Les lieux de mémoire* a partir de uma perspectiva larga ou de uma história de longa duração das relações de tempo, conduz a lê-los como uma expressão de se é que posso assim dizer, deste acabamento quase acabado e, também ou já como uma tentativa de a ele responder, fazendo dele história.

Uma tal hipótese não implica que o regime moderno não tenha conhecido questionamentos anteriormente, que ele não tenha tido “crises do tempo, numerosas. Ao contrário. Um regime de historicidade, com efeito, não é uma entidade metafísica, vinda do céu, mas um plano de pensamento de longa duração, uma respiração, uma rítmica, uma ordem do tempo, que permite e proíbe pensar certas coisas. Contestado tão logo de sua instauração, um regime de historicidade reformula, “recicla” os elementos anteriores da relação de tempo, a fim de fazer com que ele diga outra coisa, de outra maneira (tal como a *historia magistra* retomada pelo cristianismo e pelos historiadores medievais). A passagem de um regime para outro conduz a períodos de cruzamentos: o período revolucionário é um bom exemplo. Um regime, finalmente, jamais existe em estado puro.

Deste regime moderno, não se trata de traçar a história ou os avatares. Limito-me a indicar duas crises: seu questionamento contemporâneo, ao qual me dedicarei um pouco, uma vez que ele fornece justamente o contexto que tornou possível os *Lieux*, e, anteriormente, a profunda crise que se manifesta por volta de 1914, já antes da guerra e, ainda mais depois, nos anos 20. Basta evocar, aqui, apenas um nome: o de Walter Benjamin que, entre 1920 e 1940, contra o *historismus* e aquilo que aparecia como a falência definitiva da filosofia hegeliana da história, pro

curou formular um novo conceito de história, operando a partir de um outro tempo histórico (contra o tempo que ele caracterizava como homogêneo, linear e vazio). Da mesma forma, na França, no fim dos anos 20 Contra a história positivista, dos acontecimentos, política, nacional e superficial, alguns historiadores voltaram-se na direção de uma história econômica e social, em busca de profundidades e de temporalidades reguladas por outros ritmos, além da simples sucessão linear dos eventos políticos. Mais profunda, mais ampla, conforme os ciclos, ela era, em suma, mais verdadeira. Esta também deveria ser uma maneira de responder àquilo que Maurice Halbwachs sublinhava, então, como "o ritmo de uma vida social cada vez mais acelerada".

Posteriormente, apesar da catástrofe da Segunda Guerra Mundial, a impossibilidade, sem dúvida, de enfrentar aquilo que havia acontecido, as estratégias de esquecimento, a utopia revolucionária, as esperanças de transformar a sociedade, a reconstrução, a modernização, a planificação, a competição, o confronto leste-oeste, os progressos econômicos, técnicos, as rápidas transformações, em resumo, a aceleração da aceleração da história e do tempo, são fatores que concorrem para manter operacional ou mesmo para relançar o regime moderno de historicidade e os hinos ao progresso: "o futuro radiante", socialista, o "milagre alemão", capitalista, *les Trentes Glorieuses* francesas. Pouco a pouco, todavia, o futuro iria ceder terreno ao presente, que ia adquirindo cada vez mais espaço, até parecer ocupá-lo inteiramente. Entra-se, então, no tempo do presentismo.

O PRESENTISMO

Eis, aqui, alguns pontos de referência, sobretudo literários, para auxiliar o cerco a este fenômeno maciço que fornece ao século XX sua fisionomia própria. Contra o passado, que é também a morte coloca-se na frente a vida e o presente. Concernem a esta larga corrente, primeiramente, as *Considérations intempestives* (1874) de Nietzsche, mas, também, *L'immoraliste* (1902) de Gide ou a Hedda Gabler de Ibsen ou, ainda, as reflexões dos anos 30 de Valéry sobre ou contra a História.' Se ela deseja responder ou escapar da "falência da História", a história, mesmo profissional, deve, então, provar que o passado não é a morte, que o passado não deve sufocar a vida. Faz-se necessário encontrar um modo de relação entre o passado e o presente, de modo que o passado não pretenda servir de lição ao presente, sem que ele seja, por isto, condenado

ao vazio. A insistência dos primeiros *Annales* sobre a indispensável preocupação com o presente adquire, também, seu sentido, parece-me, em relação a este contexto intelectual. Sobre um outro registro, esta reflexão desiludida de T. S. Eliot, testemunha o expansionismo do presente: “In our age [...] there is coming into existence a new kind of provincialism which perhaps deserves a new name. It is a provincialism, not of space, but of time; one for which [...] the world is the property solely of the living, a property in which the dead hold no shares”.⁸ Os mortos não mais possuem seu lugar ou, até, não possuem mais lugar. A morte, ser demora, tornar-se-á obscena.

La Nausée de Sartre, publicada em 1938, fornece um outro índice. Roquentin, o narrador, escreve um livro de história. Ele prepara, com efeito, uma biografia de marquês de Rollebon (que se parece com Talleyrand). Mas, um dia, rapidamente, ele se vê impossibilitado de continuar, pois de repente, impôs-se a ele, como uma evidência tangível, o fato de que havia apenas “o presente, nada mais que o presente”. O presente era “aquilo que existe, e tudo que não era presente não existia. O passado não existia. De modo algum”. “M. de Rollebon acabava de morrer pela segunda vez”. Assim como as coisas são aquilo que elas parecem e que por detrás delas não há nada, o passado não é nada. Vinte e cinco anos mais tarde, o mesmo Sartre escreveria *Les Mots*, que começa assim: “Na Alsácia, por volta de 1850, um professor primário sobrecarregado de crianças, consentiu em tornar-se merceeiro [...]”.

A crítica do progresso. O *topos*, com certeza, não é novo, mas pode-se notar, aqui, sua reativação e seu deslocamento por Lévy-Strauss em seus imediatamente famosos *Tristes tropiques* (1955). No contexto da descolonização, ele propunha uma versão renovada do bom selvagem. Sua defesa apaixonada de Rousseau e sua crítica à concepção estreita de progresso nas sociedades modernas acabavam em uma meditação sobre este mundo que tinha “começado sem o homem e terminaria sem ele”. A antropologia deveria, antes, conceber-se como “entropologia”. Nos anos seguintes, o selvagem tornou-se moda: nós nos servimos do “pensamento selvagem”, analisamos o “pensamento mítico”, valorizamos o selvagem contra o Estado. Mas houve, também, reformas e fugas ao tempo dos selvagens.

O slogan “esquecer o futuro” é, provavelmente, a contribuição da *sixties* ao fechamento extremo sobre o presente. As utopias revolucionárias, progressistas ou futuristas em sua origem, deviam operar dentro de um horizonte que quase não ultrapassava o círculo do presente: “Tudo imediatamente!” diziam os muros de Paris, em 1968, pouco antes de se

escrever: "No future". Vieram, com efeito, os anos 70, as desilusões, o desvio da idéia revolucionária, a crise econômica de 1974 e as respostas mais ou menos desesperadas ou cínicas que, todas, em todo caso, apostam no presente e somente nele. Nada além. Mas isto não era, exatamente, o *carpe diem* dos homens da Renascença.

Nesta progressiva invasão do horizonte por um presente cada vez mais inchado, hipertrofiado, está claro que o papel motor foi representado pela rápida extensão e pelas exigências cada vez maiores de uma sociedade de consumo, onde descobertas científicas, inovações técnicas, busca de lucros, tornam obsoletas as coisas e os homens, cada vez mais rapidamente. A mídia, cujo extraordinário desenvolvimento acompanhou este movimento que é, no sentido próprio, sua razão de ser, procede da mesma forma: produzindo, consumindo, reciclando, cada vez mais rápido, palavras e imagens.

Passou-se, portanto, em nossa relação de tempo, do futurismo para o presentismo: para um presente que é, para si mesmo, seu próprio horizonte. Sem futuro e sem passado, ou gerando, quase diariamente, o passado e o futuro de que necessita cotidianamente. Desta atitude não faltam provas: a morte cada vez mais escamoteada, sobre a qual Aries, vindo do tradicionalismo, foi o primeiro que soube chamar nossa atenção; a valorização crescente da juventude como tal, nas sociedades que já começavam a envelhecer; todas as técnicas de supressão do tempo, graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação (as comunicações ditas em "tempo real"). Cada um poderia, comodamente, completar o catálogo de comportamentos: todos tendem a uma negação do tempo. Aliás, sabe-se que toda pessoa que se preze é obrigada a não ter "o" tempo!"

Antes de tratar das falhas, que sem demora apareceram neste onipresente presente, vejamos, brevemente, de que maneira a historiografia profissional percebeu e respondeu (ou não) a esta mutação. Sem excessiva surpresa e de forma esquemática, pode-se observar que a resposta não foi nem imediata nem direta. Confirmou-se a inclinação da história, que contava e quantificava, a buscar outras temporalidades, com a longa duração braudeliana (oficialmente proposta para as outras ciências em 1958), até a história imóvel de Le Roy Ladurie, longe, portanto, da escuma dos dias. Na mesma direção, mas no nível das mentalidades, autonomizou-se uma história preocupada com a etnologia (o exótico estava entre nós e, inclusive, havíamos sido, também, selvagens). Esta história, "que se aventura do outro lado do espelho", logo se chamará antropologia histórica. Jacques Le Goff formulará seu programa e, com outros, irá ilustrá-lo.

Fora deste domínio em torno de *Sciences-Po*, afirma-se a história

contemporânea que logo reivindicará o status de “história do presente”. Com seu artigo *“Le Retour de l'événement”*, Pierre Nora fazia, em sumo, a ligação entre os dois tipos de história: o acontecimento, sim, mas um outro, densamento carregado, antropologizado, onde se lêem os estratos da longa duração. Nora observará, igualmente, “o advento rápido do presente histórico”. O historiador do presente faz surgir, conscientemente o passado no presente (ao invés de fazer surgir, inconscientemente, o presente no passado): “é nosso presente, por completo, que busca sua própria consciência de si mesmo através do novo status que o acontecimento conquistou na sociedade industrial”.¹¹ Se a focalização sobre o presente é certa e claramente reivindicada, notar-se-á que o modo de ser do passado é aquele do surgimento no presente, sob o controle do historiador. Nora sempre recusou o princípio de um corte estrito entre passado e presente, com base na história moderna. Os *Lieux* procederão segundo mesmo percurso. Finalmente, mas nos aproximamos da metade dos anos 80, o desenvolvimento das histórias nacionais indica, certamente, um resposta diferente, mas a qual questão?

AS FALHAS DO PRESENTE

A economia (da mídia) do presente não pára de produzir e de consumir o acontecimento. Mas com esta particularidade: o presente, no momento em que se faz, deseja ver-se como já histórico, como já passado, voltando-se, de algum modo, sobre si mesmo e antecipando o olhar que a ele será dirigido quando for completamente passado. Como se ele desejasse “prever” o passado, fazer-se passado antes mesmo de tornar-se completamente presente, mas este olhar, é o seu que se lhe apresenta. Um presente que é, para si mesmo, seu próprio passado, sonho de um domínio do tempo ou ainda, de sua supressão. Um exemplo entre dezenas de outros possíveis. Em 10 de maio de 1994, jornalistas entrevistam o presidente Mitterrand exatamente um ano antes do término de seu mandato. Todo jogo consiste em fazê-lo falar como se estivesse um ano adiante, como se já tivesse partido e mesmo como se estivesse morto e enterrado, pois lhe imploraram que revelasse o epitáfio que escolheu para si!

Simetricamente, ele é mais do que ansioso por previsões ou por projeções. Ele se cerca de especialistas, consultando-os incessantemente (o historiador, quando solicitado, acha-se, aliás, transmutado em especialista). Este presente encontrou nas sondagens seu sésamo: projeções no futuro sem alterar o presente. A resposta atual, imagem instantânea, a

transportada seis meses mais tarde e tende, insensivelmente, a transformar-se em imagem efetiva da situação seis meses mais tarde. Aquilo que você vota hoje como imagem daquilo que você votará dentro de seis meses. O que você já votou. A duração é reintroduzida somente na forma da série que permite traçar uma curva das sondagens. Mas até as sondagens se enganam!

Na metade dos anos 70, aproximadamente, uma outra falha apareceu. Este presente, já inquieto, descobriu-se em busca de raízes e de identidade, preocupado com a memória e as genealogias (sabe-se o lugar ocupado pelas pesquisas genealógicas nos Arquivos), preocupado com a conservação (de monumentos, de objetos, de modos de vida, de paisagens, de espécies animais) e ansioso pela defesa do meio ambiente. Viver no país e a ecologia tornaram-se temas mobilizadores e mensageiros. Conservação e reabilitação substituíram, sobretudo nas políticas urbanas, o simples imperativo de modernização, cuja brilhante e brutal evidência até então não havia sido questionada. Como se se desejasse preservar, de fato reconstituir um passado já desaparecido ou a ponto de apagar-se, sem volta.

Dois exemplos iluminam esta mudança de atitude com relação ao tempo. Touvier, o antigo chefe da milícia de Lyon, é condenado por crimes contra a humanidade. Em 1972, ele foi agraciado pelo presidente Pompidou, em 1974, ele é condenado. Ora, é exatamente o mesmo Touvier. O tempo funcionou às avessas: longe de trazer o esquecimento, ele avivou, reconstruiu e impôs a lembrança. Em 1970, Pompidou, ainda ele (cujo vigésimo aniversário da morte foi comemorado sem grande sucesso), lança a construção de um novo grande museu de arte contemporânea, o grande tanque de Beaubourg, e inicia a destruição dos mercados. Daí um buraco (o "trou de Halles"), que o prefeito de Paris, um certo Chirac, acabará por preencher a seu modo. Final de 1993, Mitterrand inaugura o grande Louvre, com sua pirâmide de vidro, que indica uma presença bem-sucedida de arquitetura pós-moderna. O Louvre, que perdera sua última função régia com a partida do Ministério das Finanças, tornou-se, inteiramente, espaço museológico: o primeiro lugar do patrimônio universal da França (com sua galeria mercantil no subsolo).

Assim, este presente, reinando, aparentemente, sem divisão, "dilatado", suficiente, revela-se inquieto. Ele gostaria de ser seu próprio ponto de vista sobre si mesmo, e ele descobre a impossibilidade de praticar isto. Ele se revela incapaz de preencher a distância, no limite da ruptura, que ele mesmo cavou entre campo de experiência e horizonte de espera. O passado bate na porta, o futuro na janela e o presente descobre que o solo se afunda sob seus pés. Magritte poderia ter pintado.

Três palavras resumem estas transformações: *memória*, mas, ta-se, de fato, de uma memória voluntária, provocada (aquela da história oral), reconstruída (da história, portanto, para poder contar sua história); *patrimônio*: 1980 foi decretado ano do patrimônio. O sucesso da palavra e do tema (defesa valorização, promoção do patrimônio) ocorreu junto com uma crise da própria noção de “patrimônio nacional”; *comemoração*: de uma comemoração outra poderia ser o título de uma década dos dez últimos anos. Estes três termos apontam, todos os três na direção a um outro, que é como se fosse o seu lar: a identidade.

As comemorações definem um novo calendário da vida pública impondo-lhe seus ritmos e suas datas. Esta última se rende a elas e delas serve, tentando conciliar memória, pedagogia e mensagens políticas intermediárias. A visita ao Panthéon de Mitterrand, em 10 de maio de 1981, inscreveu-se nesta perspectiva: incursão inaugural ao país dos grandes ilustres da República, a rosa na mão (Michelet tinha um ramo de rosa para revivificar estes lugares desertados e para se preparar para escrever uma nova página na história da França. Passou-se de comemoração a comemoração, em um ritmo que ia, ele mesmo, acelerando-se. Todos estes rearranjos em torno da memória operavam-se enquanto avançava a comemoração maior: aquela da Revolução, que incitava a colocar a ordem do dia e em questão o fato mesmo de comemorar. O que nos trouxe, com o auxílio da polémica, um milênio capetiano em 1987, formalmente autenticado por uma missa solene, na presença do presidente da República. A este fogo de artifício comemorativo suceder-se-ia, imediatamente, a rajada dos cinqüentenários da Segunda Guerra Mundial.

Longe de ser um fenômeno apenas francês, a comemoração fluiu por todos os lugares: a Alemanha, por exemplo, praticou-a com o mesmo ardor, desde os anos 80. Basta mencionar o quinto aniversário do nascimento de Lutero, em 1983, os 750 anos da fundação de Berlim em 1985, ou a inauguração (controvertida) da “Neue Wache”, em Berlim, em 1993, como memorial central da República Federal.¹²

MEMÓRIA-HISTÓRIA

Em 1974, aparecia *Faire de l'histoire*, dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora, que pretendia “ilustrar e promover um novo tipo de história”. A memória não compreendia novos objetos ou novas abordagens. Quatro anos depois, o dicionário de *La nouvelle histoire* comporta uma entrada “memória coletiva”, redigida por Nora, onde é possível ler c

meiro esboço do programa dos “*Lieux de mémoire*”.¹³ Em 1984, sai o primeiro volume dos *Lieux* que, partindo justamente da comemoração, remonta na direção da memória, interroga-se sobre a divisão entre história e memória e se propõe a demonstrar que a memória também tem sua história. Para assim proceder, faz-se necessário um instrumento heurístico: o “lugar de memória”.

Se os historiadores sempre tiveram necessidade da memória, eles sempre desconfiaram dela. Tucídides já a recusava como não confiável: ela esquece, deforma, obedece a uma economia do prazer. O olho, a evidência da autópsia, prevalecia sobre o ouvido. A história científica do século XIX começou por estabelecer um corte nítido entre o passado e o presente. Foi isto o que sempre fez de Michelet um transgressor, ele que atravessou e reatravessou tantas vezes o rio dos mortos. A história deveria começar onde cessa a memória: nos arquivos escritos.

“Entre mémoire et histoire”, o texto de abertura dos *Lieux* partia do fluxo memorial, buscava analisar e extrair as consequências do ponto de vista das maneiras de escrever a história e sobre o exercício do ofício de historiador. Foi indo de um termo para outro, quase na sua repetição, como se Nora buscasse uma via entre as duas, que para ele se tornou claro que a história nacional, modelo Lavissee, era, no fundo, uma memória passada pelo filtro da história, uma memória “autêntica”, transmutada em história, “no cruzamento da história crítica e da memória republicana”: uma história-memória. “Em 14 de julho”, escrevia Lavissee, “à unidade monárquica sucedeu-se a unidade nacional, que se revelou indestrutível”. De onde a identificação da Revolução com a Nação, da Nação com a República e da República com “um regime que se possa crer definitivo”. Tal era a operação historiográfica de Lavissee. No mais, os 27 volumes satisfaziam-se com um relato contínuo, recortado em fatias cronológicas sem surpresa e sem inventividade, com indicação das fontes. Dois tempos fortes sobressaíam do conjunto: o *Tableau de la géographie de la France* de Vidal de la Blanche e o *Louis XIV* do próprio Lavissee.

Lavissee sublinhava, ainda, esta singularidade a respeito da história da França: a Revolução a havia separado de seu passado, reconstituí-lo era, portanto, “questão de erudição”, de história, e não de memória. Isto legitimava o papel da história como preceptora nacional: a *pietas erga patriam* pressupunha o conhecimento da pátria. A função, ou melhor, a missão da história estava clara.

Com certeza, Lavissee representou um dos pontos de partida da reflexão de Nora historiador. Foi para ele que dedicou um dos seus primeiros artigos (Lavissee, o preceptor nacional e o infatigável pedagogo da

nação “concluída”, 1962).¹⁴ A *Histoire* de Lavissee representou, aqui, papel de laboratório. *La République*, o primeiro tomo dos *Lieux*, su com efeito, de uma leitura crítica de Lavissee, um Lavissee visto dos tidores, de onde se mostra a fabricação de uma *história* nacional mesmo tempo que se a desmonta como memória nacional, fazendo, tamente, o primeiro ensaio da noção de lugar de memória. Seria q suficiente partir da evidência dos “lugares-comuns” da República (as Cores, o 14 de julho, o Panthéon...) exibi-la e questioná-la. Para ch a uma primeira definição de lugar como aquilo que é, simultaneamente material, funcional, simbólico: objeto em ruína, onde o passado entra-se retomado no presente. Mas, hoje, para Nora, a ligação com e lugares simbólicos tornou-se muito tênue: eles são como “essas con sobre a margem, quando refluí o mar da memória viva”. Eles estã mas a única relação ativa que se pode estabelecer com eles é aquela propõe os *Lieux*, uma relação de segundo grau, resultado da reativa de algo de que eles foram na história.

Para compreender o que se passa, em 1980, entre memória e história, os compromissos desta nova demanda de memória, Nora inicia transportando-se para um século antes quando, com Lavissee, havia apenas questão da história. 1980 vem olhar 1880 e, 1880, refletindo este ol envia de volta a inteligibilidade sobre 1980. A aproximação dos dois mentos é, por si mesma, esclarecedora: ela faz compreender que “a tória” de Lavissee é, em seu princípio, a memória (republicana) prom da à dignidade de história, e que a exigência contemporânea de memória é, de fato, uma demanda da história. Ela mostra, também, que a que se estabeleceu nos anos 1880-1890 (a síntese republicana, com santa trindade laica, República, Nação, França) está, um século depois, em vias e em condições de se desfazer. Desde então, o que acontece em cada um destes termos se o alento do espírito republicano não mais une ou, ainda mais, se eles tendem a tomar ou a retomar sua autonomia. O que resta da Nação sem a República? Será o fim da França?

A enquete dos *Lieux*, rapidamente, colocou em evidência uma reatualização dos “avanços memoriais”: por volta de 1830 (com a obra de Guizot), de 1880 (com a fixação dos rituais e da história republicana) de 1980 (o ponto de partida da enquete dos *Lieux*). Acrescentarei 19 menos visível, sem dúvida, na medida em que não é traduzido pela produção de grandes obras nacionais, retomadas ou renovadas, mas, sobretudo, por uma contestação da história oficial, uma valorização da memória *contra* a história e a busca de uma outra história, isto é, de um outro tempo histórico.

1914. O nome de Water Benjamin, ele que pensa entre a França e a Alemanha, é suficiente, aqui, para designar e ilustrar este momento de profunda crise do tempo, que a guerra apenas avivou. Contra o historicismo, ele se esforça para construir um novo conceito de história, colocando em seu centro a noção de rememoração (*Eingedenken*). Forjando a noção “atual”, ele avalia, combinando messianismo e revolução, que o tempo histórico somente nasce quando se opera “uma conjunção fulgurante entre o passado e o presente”.

Desta crise do tempo, o próprio projeto de *Recherche du temps perdu* (do qual, aliás, Benjamin foi o tradutor) é um outro indício. Ela vai concluir este livro, que deveria, justamente, escrever o tempo, “a forma do tempo”, quando, na biblioteca do príncipe de Guermantes, a evidência da idéia do tempo se impôs ao narrador. Encontra-se, ali, quase o lugar de memória. Proust fala de “lugar distante” e de “lugar atual” e, entre um e outro, a própria sensação de outrora, com a ressurreição da memória, que é a irrupção do passado no presente. Assim, madame de Saint-Loup aparece para o narrador como uma espécie de lugar de memória. Não seria ela como são as “estrelas” nas florestas, encruzilhadas para onde convergem rotas vindas, para nossa vida também, dos mais diferentes pontos? Chegavam a ela “os dois grandes lados”, onde ela tinha feito “tantos passeios e sonhos”. O livro acaba nesta presença física, vertical, do tempo. “O homem, por não possuir a extensão de seu corpo, mas, sim, de seus anos”, é colocado, recorda-se, sobre muletas vivas de tempo que são, “às vezes, mais altas do que os campanários”. Tal qual o duque de Guermantes, vacilando sobre seus joelhos.

Proust conduziria a Bergson e suas análises de duração. Projeta-se, aqui, toda uma configuração intelectual, que ultrapassa, largamente, a França. Pode-se, também, relacionar Charles Péguy, adversário confesso e feroz da história, tal qual o encarnam Lavissee, Langlois e Seignobos. Contra a história, Péguy (ele mesmo apoiando-se em Bergson) invoca a memória. Contra o sacrossanto método histórico, ele escolhe Hugo e Michelet. Em *Clio* (julho de 1913) ele opõe a história “essencialmente longitudinal” à memória “essencialmente vertical”. A história “passa ao longo”, isto é, “ao lado”. Ao passo que a memória consiste, estando dentro do acontecimento, antes de tudo, em não sair, em permanecer e em consolidar-se em seu interior”.¹⁵ Péguy, evidentemente, não deixa de pensar no *Affaire*: “Eu dizia, eu pronunciava, eu enunciava, eu transmitia um certo *affaire* Dreyfus, o *affaire* Dreyfus real, do qual não deixamos de participar, nós, dessa geração”. Em fim, a história é “inscrição”, enquanto que a memória é “rememoração”.

A estes questionamentos, os historiadores, profissionais ou não, podem - Lavisse deve publicar a seqüência de sua *Histoire* com *L'Histoire de France contemporaine* (1789-1919) publicada em 1922 -, ou, alguns deles desviam-se do nacional para o econômico e social, e suas temporalidades em profundidade.

1980. Desde metade dos anos 80, constatou-se, multiplicaram-se sucederam-se nas livrarias as *Histoire de France* ou *de la France*. Deve-se ver nisto um prolongamento, mas com uma nítida mudança de direção do sucesso editorial que a história havia conhecido nos anos 70? Seria talvez, pelo menos no início, uma resposta premeditada para a crise da história na escola: as crianças não mais sabiam as datas? E, inicialmente, uma resposta de direita a uma história dita de esquerda, antes que todo mundo viesse em defesa justamente da República. Um primeiro balanço, feito por uma instituição historiográfica, da ascensão memorial e uma resposta, mais ou menos explícita, à interrogação de identidade? Podem, contudo, os historiadores voltar a ser os preceptores da nação ou da república, mesmo através da televisão? Braudel, em seus últimos anos, ele que acabara, para sempre, presa divina, de publicar a primeira parte de sua *Identité de la France*, consultado a fim de ocupar este magistério.

Uma rápida leitura dos prefácios destas primeiras *Histories* prova que o percurso intelectual mais interessante, com relação a este fenômeno da memória, foi aquele proposto por *Les Lieux de mémoire*. Em resposta à provocação memorial, então em plena expansão, presentes foram as interrogações convertidas em questionamentos da maneira em que qual tinham sido escritas as histórias da França. Questiona-se, assim, de que modo, em determinados momentos-chave, o passado (mas qual passado e o que do passado?) foi retomado no presente para fazer dele um passado significativo. Sem jamais perder de vista que após ter seguido estes escoamentos e estas retomadas do passado no presente, organizado por uma retórica, o objetivo de Nora, claramente fixado desde o início, foi o de voltar ao hoje, a fim de tentar, assim instruído por este go desvio, melhor compreendê-lo e melhor fazê-lo compreender. Do presente para o presente. Trata-se de uma contribuição para o debate na forma alguma militante, mas, simplesmente, cívica.

O "lugar", na primeira definição dada por Nora, é o lugar, tal como ele é operatório em *La République*. Nos três tomos dos *Lieux* existem mais dois: Ponto de partida inteiramente necessário, o tomo I, *La République* desemboca sempre em uma República que se vê como sendo a mesma, seu próprio lugar de memória. Trata-se de um percurso profundamente nostálgico de lugares já quase mortos ou bastante desertificados: o

po quase passado de uma República datada, que já não mais consegue sustentar-se sobre suas longas (e, em suma, não mais longa que isto) muletas de tempo. Existe, neste primeiro volume, a “mortalha de púrpura onde dormem os deuses mortos”.

Para relançar a operação e ultrapassar o face a face 1880-1980, seria conveniente retomar a noção de “lugar”, ultrapassá-lo, propor uma concepção mais larga, mais dinâmica sobretudo, para questionar *La Nation* e *La France*. Primeira extensão: o “lugar” designará, simultaneamente, as manifestações mais evidentes da tradição nacional, os memoriais canônicos e os instrumentos que concorrem para sua formação, como o *Dictionnaire pédagogique* de Ferdinand Buisson. Mostrando de que forma e em que uns e outros criam o sistema. Além dos memoriais repertoriados como tais, o “lugar” também deve permitir analisar a fundo “os blocos maciços de nossas representações e de nossa mitologia nacional”, “revitalizar os lugares que se tornaram comuns”. Finalmente, é lugar de memória “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, cuja vontade dos homens ou o trabalho do tempo transformou em um elemento simbólico do patrimônio memorial de qualquer comunidade”.¹⁶ Deixa-se o quadro do patrimônio nacional. A história, sobretudo aos moldes dos *Lieux*, é uma história de segundo grau, e Nora a ela retorna incessantemente, uma história simbólica.

A montante de Proust, a própria expressão “lugar de memória” reenvia para as artes da memória, que conduzem na direção da arte oratória da Antiguidade. A definição foi dada por Cícero: o lugar, *locus*, é o lugar (as peças de uma casa ou as colunas) onde o orador é convidado a ordenar as imagens das coisas que ele deseja reter. Recomenda-se-lhe escolher imagens vivas (*imagines agentes*). Neste sentido, os *Lieux* empregam uma concepção retórica da memória. O lugar do orador é, sempre, artifício. O mesmo acontece com o lugar, segundo Nora, que jamais é simplesmente dado: ele é construído e, até mesmo, incessantemente reconstruído.

O que o faz o “lugar” é que ele é uma encruzilhada onde se cruzam diferentes caminhos de memória e é, também, sua capacidade de ser, incessantemente, remodelado e perdurar, de ser retomado e reexaminado. Um lugar de memória desocupado não é mais do que a lembrança de um lugar (por exemplo, “os gauleses” e os “francos” depois de 1914). Sob o título “*Conflits et Partages*” (ver *Conflits en partage*), o volume I das *France* traz a melhor demonstração. O lugar “alargado” permite a invenção de novos lugares (objetos) e a interrogação, a novos custos, de lugares devidamente marcados como tais. A análise precisa da direita e da esquerda, o

“desdobramento” destas duas noções-memória feito por Marcel Gauchet onde se pode ler toda a história moderna da França, oferece uma ilusão convincente. Não se trata, portanto, nem do inventário dos altos lugares, nem do catálogo de *La Redoute*, nem de uma história pós-moderna, obrigatoriamente, da história dos “vencedores”.

Partindo do espanto diante do sucesso do fenômeno comemorativo, Nora pode, ao final de seu percurso, mostrar aquilo que ele chama “a inversão da dinâmica da comemoração”. Não se deixa de comentar, em nome da trilogia memória, identidade, patrimônio, mas a própria palavra muda de sentido. Primeiramente, a comemoração era religiosa (“Faça isso em minha memória” no momento mesmo em que ocorre: Ceia já pode ser comemorada, ela inclui a ausência); nos rituais mortuários, por sua vez, que não depende da comemoração (o rei está morto! viva o rei), esta se torna, em seguida, por transferência de sacralização, nacional, republicana e laica. Com o “14 de julho”, onde 1880, 1900 e 1790 se correspondem e se antecipam mutuamente. Péguy havia dito isto à sua maneira em *Clio*: “A tomada da Bastilha foi, propriamente, a festa, foi a primeira celebração, a primeira comemoração e, por assim dizer, o primeiro aniversário da tomada da Bastilha [...] A festa da Federação não foi a primeira comemoração, o primeiro aniversário da tomada da Bastilha. A tomada da Bastilha foi a primeira festa da Federação *avant la lettre*”.¹⁷

Mas, hoje, segundo Nora, a comemoração tornou-se patrimonialista isto é, fragmentada ou “desnacionalizada”, mesmo quando ela deseja reconhecida pelo Estado, sendo que ele próprio não se reconhece nem em sua noção de patrimônio nacional.¹⁸ Mais exatamente ainda, é a própria nação que se transmuta em patrimônio (ao passo que o patrimônio se compreende, atualmente, menos como um bem que se possui, do que como aquilo que constitui sua identidade). “Como se a França deixasse de ser uma história que nos divide, para torna-se uma cultura que une”.¹⁹ Neste movimento que conduz do político ao cultural, Nora reserva a emergência de um “nacional sem nacionalismo”. Estaria a França do final do século XX prestes a tornar-se uma *kultur nation*, ainda que a Alemanha, que pediu emprestada esta via em resposta à ausência de unidade política, é de novo uma nação, talvez de “má vontade”, mas, afinal, não podendo fazer economia da questão do nacional? Haverá um começo de uma interessante evolução histórica.

Para permanecer na França, ter-se-ia, em todo caso, passado de uma memória (republicana) transmutada em história, com a Terceira República e sob o magistério de Lavissee, para uma história que hoje, se existi-

seria lida e reapropriada por uns e por outros como memória, sob o agulhão do “dever de memória”. Os últimos dez ou quinze anos marcaram, portanto, a passagem da “nação histórica” para a “nação memorial”.

Os *Lieux*, um pouco como *La Recherche*, terminam no livro a ser publicado, que seria a “verdadeira” *Histoire de la France*, tal qual ela poderia ser escrita hoje. São estes livros que se acaba de ler! Para tomar uma outra referência literária (e Nora possui uma tentação, senão uma ambição literária, e a convicção de que literatura e história se relacionam), os *Lieux* também podem ser lidos como um *Bildungsroman*: “O que resta da República, pergunta ele, quando se lhe retira o jacobinismo centralizador [...]? O que resta da Nação quando se lhe retira o nacionalismo [...]? O que resta da França quando se lhe retira o universalismo? Um aprendizado de si”. Assim termina, se é que posso escrevê-lo *cum grano salis*, o romance de aprendizado de Pierre Nora.

OS LIEUX COMO SINTOMA

Os *Lieux* foram considerados, sobretudo, como diagnóstico assentado na situação presente, como resposta a esta situação e, também, como prognóstico. Para terminar, eu gostaria de prolongar algumas de minhas observações, tomando os próprios *Lieux* como sintoma. Eles pertencem, certamente, ao momento ao qual se dedicam a configurar. Porém, a própria maneira através da qual eles operam nos diz algo mais sobre nosso presente. Eles testemunham, com efeito, em razão da permanente preocupação historiográfica que os atravessa, esta tendência do presente a historiar-se. Não se trata, aqui, de egocentrismo, mas de explicitação dos pressupostos do trabalho do historiador.

A exemplo da unidade nacional criada pela Revolução, que, para Lavisse, era definitiva e indestrutível, sua *Histoire* se dava como a história definitiva da nação concluída, dirigida ao presente e ao futuro: uma espécie de *kléma* para sempre. Tratava-se apenas de aperfeiçoar a República, porém, nada de fundamental deveria mudar. Tratava-se, ainda, daquilo que ele gostaria de poder acreditar em 1921, momento em que redige a conclusão de sua *Histoire*, perseguida em 1919. *Les Lieux de mémoire* pretendem ser uma história do presente, no presente, que responda a uma crise do presente, se é que o presente, como sustenta Nora, “tinha-se tornado a categoria de nossa compreensão sobre nós mesmos”. Se existe um momento dos *Lieux*, os *Lieux* também são, portanto, os “lugares” do momento ou os “lugares” para o momento. História da França

para hoje, os *Lieux* também escrevem (conscientemente) uma história do nosso presente. Resulta que, para Nora, o historiador não pode mais: este barqueiro entre passado e futuro, pontífice como Monod ou profeta como Michelet, que lia no passado o futuro já advindo ou a advir e o proclamava. Se ele ainda é barqueiro, ele o é somente no interior do círculo do presente, “entre a demanda cega e a resposta esclarecida, entre a prisão pública e a solitária paciência do laboratório, entre o que ele sente e o que ele sabe”.

Mas este presente e o presentismo que o acompanha revelaram insustentáveis. Também a demanda de memória pode, então, ser interpretada como uma expressão desta crise de nossa relação de tempo e uma maneira de responder a isto (mas a memória que reclamamos e proclamamos não é transmissão, mas, sim, reconstrução de um passado ignorado, esquecido, falsificado, cuja reapropriação e mesmo reativação, ela deve permitir). Um dos problemas que nos é colocado, atualmente, é o de estabelecer uma circulação entre o presente e o passado, mas também o futuro, sem que nos submetamos à tirania de nenhum dos três termos.

Ora, a epistemologia empregada nos *Lieux*, simultaneamente, se desloca, reivindica a centralidade do presente, e a contorna ou dela escapa. De que forma? Fazendo, justamante, da passagem do passado no presente o ponto de partida de sua comunicação, que caracteriza o funcionamento da memória histórica e de escritura da história. Ainda que o historiador clássico já tivesse começado a estabelecer, como fora lembrado, a nítida separação dos dois (a história deveria ser tão-somente a ciência do passado e o historiador um simples olho flutuando no silêncio dos Arquivos). Ao contrário, a lógica dos *Lieux* conduz a considerar o próprio historiador como lugar de memória. Reencontra-se a figura de Michelet, mas, também, o editor dos *Essais d'ego-histoire*.²⁰

Globalmente, percebe-se um indício desta relação de tempo diferente no movimento de retorno sobre si que conheceram, há dez anos, as disciplinas, inclusive científicas, as instituições e mesmo as empresas, repentinamente preocupadas com seus arquivos e com sua história. E, sob esta perspectiva e este percurso historiográficos, a disciplina histórica também os conhece, notadamente como trabalho reflexivo sobre seus pressupostos e sobre suas práticas,²¹ mas o projeto dos *Lieux* empurrou-os para mais longe, esforçando-se para colocar, à medida do possível, a própria historiografia em seu percurso.

Sintoma, ele o é também no sentido em que o lugar de memória ol-

ve sucesso; ele entrou, rapidamente, nos hábitos e nos fatos, e mesmo na lei. Classificação ao título de lugar de memória da *Olympia* ou do *Fouquet's*! O lugar vem em socorro do "Patrimônio Nacional", transbordado e ultrapassado. Concebido em um regime de história nacional, o Patrimônio, aquele da Direção do Patrimônio do Ministério da Cultura e da lei de 1913, de fato, encontrou-se intimidado a responder às demandas de uma memória nacional fendida. O *Lieux* poderia, ao que parece, fornecer-lhe a categoria que os legisladores da Terceira República não puderam, evidentemente, conceber. Mas, de uma só vez, o lugar encontrava-se recuperado pelo fenômeno histórico que havia conduzido à sua elaboração, e sobre o qual ele pretendia projetar, em troca, a inteligibilidade. O instrumento cognitivo que deveria servir para circunscrever e para melhor compreender a invasora comemoração, tornava-se, ele mesmo, um elemento a mais do dispositivo chamado em auxílio do Patrimônio e da comemoração. Isto prova que o diagnóstico de Nora atingiu o objetivo visado, mas corre o risco, também, de ver o projeto retornar unicamente para a atualidade e ser consumido pelo próprio fenômeno que ele auxiliou a compreender.

Sintoma atual, os *Lieux* também o são na concepção da memória que se encontra no trabalho. Suponhamos, por um instante, uma tal enquete conduzida há vinte e cinco anos. Estou convencido que o inconsciente (o lapso, o "branco", a amnésia, o deslocamento, etc...) aí representou um papel importante. A memória dos *Lieux* é uma memória sem inconsciente, salvo metafórico, não por princípio, mas de fato: eu falei de concepção retórica do lugar. O investigador não visa desalojar o impensado do lugar, mas antes, a reconstituir aquilo que o tornou pensável. De onde, talvez, uma certa dificuldade em dizer os "não-lugares" ou os "maus" lugares da história ou da memória nacional?

O apelo à memória manifesta a crise do presentismo (os *Lieux* constatam esta demanda e respondem de forma crítica, propondo o "lugar" como instrumento cognitivo). Quanto ao presentismo, assim nomeado em referência e oposição ao futurismo, eu o compreendo como a expressão de um profundo questionamento de regime moderno de historicidade. O futuro, o progresso e as ideologias que a ele se ligam perdem sua força de convicção, ainda que a distância entre horizonte de espera e campo de experiência tenha-se tornado máxima. É notável que, atualmente, a reintrodução da dimensão do futuro opere-se, principalmente, pelo desvio da preocupação com a conservação: de um modo negativo. Para impedir ou, simplesmente, retardar a destruição, o empobrecimento, a poluição do nosso mundo. O sucesso da ecologia pressupõe um reconhecimento partilhado da conservação, em si mesma, como valor.

É chegado 1989, que representa o 9 de novembro, com a queda do muro de Berlim e o fim da ideologia que foi concebida como a extremidade mais avançada da modernidade. Fim não da história, mas, esta é hipótese, fim de ou forte cisão no regime moderno de historicidade. Que dizer que, desde 1989, pode-se apreender melhor novas relações de tempo que se buscam. Fim não quer dizer que não exista mais futuro, mas leva a reconhecer que ele é, mais do que nunca, imprevisível (visto que 1989 obriga a repensar o mundo, as regras do jogo mudaram). Do ponto de vista do passado, o fim da tirania do futuro teve também como consequência torná-lo opaco, torná-lo igualmente um passado, em parte, imprevisível.²² Não se trata apenas da contingência, tal como R. Aron valoriza em sua crítica da causalidade, segundo Simiand. Este passado a reabrir nem linear, nem unívoco, é um passado que se irá percorrer como um campo onde se cruzam passados que foram, um dia, futuros possíveis: alguns começaram a ser, outros foram impedidos, massacrados.²³ Indiscutivelmente, os *Lieux*, mostrando de que forma certos “lugares” cristalizaram-se, foram remodelados, deformados, esquecidos, tomam parte de um inventário crítico da história-memória da França. Atentos à economia do passado no presente, eles propõem um modo de circulação entre passado e presente.

1989 também estabeleceu ou restabeleceu a nação em primeiro plano: a nação causa dano ou, no mínimo problema. Morre-se muito em seu nome ou sob sua proteção. É conveniente, entretanto, não negligenciar o fato de que a questão nacional havia surgido antes de 1989. Estas interrogações, de forma e de intensidade variadas, podem ligar-se, em parte, à crise do presentismo. Elas são uma forma de expressão e uma forma de responder a ela. Mesmo na Alemanha, ainda não reunificada, que definia, de bom grado, como um Estado pós-nacional, os anos 1980 viram o aparecimento de várias Histórias da Alemanha, enquanto se multiplicavam os colóquios sobre a identidade alemã, e mesmo quando estava convencido - dos dois lados - do caráter durável da cisão em dois Estados. Na França, os *Lieux* conduziam, simultaneamente, a reconhecer a presença do nacional e sua profunda transformação. Não se trata mais da nação messiânica, mas de uma nação-patrimônio, ou, ainda, uma nação como cultura partilhada, portadora de um nacional sem nacionalismo, vivo mas pacificado, em uma França onde restava cultivar sua memória como se cultivava um jardim. É esta mutação considerável que os *Lieux* buscaram fazer ver, acompanhando-a e formulando-a. O momento dos *Lieux* era este.

Está também assegurado? Esta oscilação de um modelo de nação

para outro é assim tão nítida e irreversível? Aquilo que acontece há seis anos no Leste, mas também no Oeste, e, mesmo na França, conduz a reabrir a questão. Como a Alemanha irá viver como nação? E a Europa, o que será dela? Como fazer sua história? Hoje, em todo caso, os historiadores não podem elidir a questão da história nacional. Como escrevê-la ou reescrevê-la, sem reativar nem a *historia magistra* e a tirania do passado, nem os pressupostos do século XIX, unindo progresso e nação, nacional e nacionalismo? Neste ponto, os *Lieux* balizaram com competência e inventividade uma pista a ser retomada e prolongada em uma perspectiva resolutamente comparativa além de colocarem à disposição uma noção.²² Como escrevê-la é, também, propor uma resposta à interrogação de como circular entre passado, presente, mas, também, futuro? Mas um futuro desembaraçado de futurismos grandiloquentes e não muito monopolizado por futurólogos com postura grave e com certezas categóricas (aliás, em que se transformaram estes últimos anos?)

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. *Les Lieux de mémoire*, III, Les France, I. Paris: Gallimard, 1993, p. 11-32. O presente artigo desenvolve uma conferência ministrada no Dartmouth College, em julho de 1994, a convite dos professores L. D. Kritzman e R. Stamelman.
2. A onda começou, talvez, seu refluxo, ver Tzvetan TODOROV, *Les Abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.
3. CHATEAUBRIAND, *Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes, considérées dans leurs rapports avec la Révolution française.*, Paris: Gallimard, 1978. F. HARTOG. "Les anciens, les modernes, les sauvages ou le temps des sauvages". In: Chateaubriand. *Le tremblement du temps*, sob a direção de J.-C. BERCHEY, Université de Toulouse-Le-Mirail, 1994, p. 177-200.
4. R. KOSELLECK. *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, traduzido do alemão por J. e M.-C. Hoock. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990, 334p., edição alemã, 1979.
5. Tucídides pretendia transmitir aos homens do futuro um instrumento de inteligibilidade de seu próprio presente: *La guerre du Péloponnèse* constituída por aquele que fora seu primeiro (mas também último) historiador de tipo ideal.
6. M. HALBWACHS, *Les cadres sociaux de la mémoire*, 1925, Paris: Albin Michel, 1994, p.262.
7. Em várias ocasiões, Lucien Febvre responde a Valéry, deixando para este a história sem vida e censurando-lhe por ignorar a história viva, ver *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1992, p. 24, 102, 423.
8. T. S. ELIOT, *On Poetry and Poets*. Londres, 1957, p.69.
9. H. NOWOTNY, *Le temps à soi. Genèse et structuration d'un sentiment du temps*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 1992.
10. Ver *Écrire l'histoire du temps présent. En hommage à François Bédarida*. Paris: CNRS Éditions, 1993, em particular o artigo de M. TREBITSCH.

11. P. NORA, "Le retour de l'événement", *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1971, p. 225-226.
12. É. François, "Nation retrouvée, nation à "contre-cœur". L'Allemagne des commémorations", *Le Débat*, 78, 1994, p. 62-70.
13. *La nouvelle histoire*, sob a direção de J. Le GOFF, R. CHARTIER, J. REV. Paris, 1978, "Tratava-se, escreve Nora, de partir dos lugares, no sentido preciso termo, onde uma sociedade [...] deposita voluntariamente suas lembranças ou reencontra como uma parte necessária de sua personalidade: lugares topográficos [...] lugares monumentais [...] lugares simbólicos [...] lugares funcionais [...]; e memoriais têm sua história", p.401.
14. P. NORA, "E. Lavissee: son rôle dans la formation du sentiment national", *Revue historique*, juillet-septembre, 1962.
15. C. PÉGUY, *Oeuvres complètes III*, Gallimard, 1992, p. 1176-1178.
16. P. NORA, "Comment écrire l'histoire de France", *Les France*, *op. cit.*, I, p.20.
17. C. Péguy, *op. cit.*, p. 1083-1084.
18. J.-M. LÉNAUD, *L'utopie française. Essai sur le patrimoine*, prefácio de Marc Maroli. Paris: Mengès: 1992, 180p.
19. P. NORA, *ibid.*, p. 29.
20. *Essais d'ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987.
21. Ver, por exemplo, *Passés recomposés. Champs et chantiers de l'histoire*, sob a direção de J. BOUTTIER e D. JULIA. Paris: Éditions Autrement, 1995, 349p.
22. Sobre as desordens do tempo histórico na Rússia, ver V. GARROS, "Dans l'URSS: de la difficulté d'écrire l'histoire", *Annales ESC*, 1992, n. 4-5, p. 989-1000.
23. P. RICOEUR, *Temps et récit III*, Paris, Éditions du Seuil, 1985, p.313. B. LEPELETIER, "Le présent de l'histoire". In: *Les formes de l'expérience. Une autre histoire sociale*. Paris: Albin Michel, 1995, p. 295-298.
24. *Le Débat*, 78, 1994.